

GOVERNAR-SE PARA QUÊ? Construções subjetivas dos trabalhadores de Empreendimentos Econômicos Solidários

Luiz Felipe Barboza Lacerda
Universidade do Amazonas
Marília Verissimo Veronese
Universidade do Vale do Rio Sinos

Introdução

Compreender as práticas laborais que se distinguem das dinâmicas hegemônicas de organização do trabalho em nossa sociedade é, acima de tudo, analisar alternativas ao sistema vigente que cada vez mais se caracteriza, principalmente através das altas taxas de desemprego e precarização do trabalho, como uma estrutura que atende de maneira insuficiente as demandas de grande parte da população.

Neste trabalho buscamos observar as motivações dos trabalhadores dentro do campo da Economia Solidária e as influências desta escolha na construção de suas subjetividades. Analisando 18 entrevistas realizadas com trabalhadores de associações e cooperativas, buscamos identificar pontos positivos e negativos de sua trajetória no mundo do trabalho, relações intragrupais que estabelecem neste percurso, as mudanças na percepção de si e sua vida após a opção pela ação laboral associativa, entre outras questões que permeiam o tema da subjetividade. Tais trabalhadores encontram-se inseridos de maneira direta na gestão e na produção da Cadeia Produtiva Solidária de Algodão Ecológico Justa Trama.

A Justa Trama, lançada publicamente em 23 de outubro de 2005, na comunidade do Cantagalo no Rio de Janeiro, caracteriza-se como uma das primeiras cadeias produtivas da Economia Solidária organizada em escala nacional. Sua importância é vista pela dimensão que seu território abrange, assim como por ser experiência pioneira de desenvolvimento local com articulação global

através de grupos de geração de trabalho e renda. Também é digno de nota seu potencial em integrar o meio rural e o meio urbano. Outro elemento de vanguarda na ação da Justa Trama é o empenho em minimizar as participações de atravessadores no processo de comercialização da cadeia produtiva. Neste caso, os trabalhadores gerenciam e estabelecem condutas para que os próprios elos da cadeia supram algumas destas necessidades. A Justa Trama planta algodão orgânico e, através dele, confecciona roupas que possibilitam ao consumidor final um consumo solidário e ecológico.

Como refere Metello (2007), a articulação desta cadeia produtiva se inicia dentro das discussões do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, quando as cooperativas UNIVENS, Textilcooper, Cones, também em contato com a Cooperativa Açai e a ONG Esplar, acalentaram a ideia de uma produção em conjunto. O grande impulso para o início da produção deu-se com a confecção de 60 mil bolsas de algodão, solicitadas pela organização do Fórum Social Mundial, que seria realizado em Janeiro de 2005 em Porto Alegre. Unindo sob a mesma marca plantadores(as), tecelões(as), costureiros(as) do campo e da cidade, a Justa Trama atravessa o Brasil de Norte a Sul, passando por seis Estados da Federação (RO, CE, SP, PR, SC e RS).

Através desta e outras tantas experiências espalhadas no Brasil, na América Latina e no mundo, a Economia Solidária apresenta-se como uma (dentre outras possíveis) alternativa ao sistema laboral excludente e competitivo instaurado em nossa sociedade. Como referem Veronese e Guareschi (2005, p.4), "o campo do trabalho solidário avança, em termos sociais e paradigmáticos, como um possível modo de emancipação do trabalhador explorado e alienado, alternativa para os que acreditam em um outro mundo possível, ou simplesmente precisam gerar renda em caráter emergencial."

Gaiger nos auxilia na compreensão dessas formas alternativas de organização social e laboral, ao definir que:

Os empreendimentos solidários compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência. (Gaiger, 2003, p.135).

A economia solidária pode ser compreendida como um projeto que engloba os âmbitos socioeconômico, político e cultural. Suas origens, modernamente, são identificadas por Singer (2002) como ligadas ao

cooperativismo pioneiro de Rochdale que, em meados do século XIX, resistiu à forma de organizar a produção imposta pelo capitalismo, criando a pioneira cooperativa em uma pequena cidade inglesa, formulando princípios que se tornaram a base de um movimento cooperativista internacional.

A autogestão como princípio organizador da vida econômica e social foi também a base para o socialismo utópico no século XIX, bem como para o movimento cooperativo que, como mencionamos, teve seu berço nos primórdios do capitalismo industrial. Foi uma reação dos trabalhadores, considerando o forte antagonismo de classe que se estabelecia na época com a hegemonização do capital na industrialização crescente. A primeira grande onda de cooperativismo de produção foi justamente na Grã-Bretanha, acompanhando a luta sindical e pelo sufrágio universal. Desde então, a autogestão operária e o coletivismo agrário vêm protagonizando algumas experiências de relativo sucesso e impacto social ao redor do mundo (Singer, 2002; Tragtenberg, 1986; Claro, 2004).

Segundo Lechat (2004), em meados dos anos 1990, autores como Laville caracterizavam a economia solidária como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica seria distinta tanto da lógica de mercado capitalista, quanto da lógica estatal. Contrariamente à economia capitalista, centrada sobre o capital e a competição visando interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de necessidades sociais e humanas, promovendo relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade, e adotando, em graus variáveis, formas comunitárias de propriedade.

Na literatura brasileira sobre economia solidária, percebe-se que muitos dos EES (empreendimentos econômicos solidários) se constituíram frente aos problemas da conjuntura socioeconômica que o Brasil enfrentava e ainda enfrenta, como o desemprego estrutural, a pauperização galopante da classe que vive do trabalho, os efeitos da globalização neoliberal nas periferias do sistema capitalista (Veronese, 2004).

Contudo, é preciso dizer que, sozinha, a crise econômica não explica o surgimento da economia solidária no Brasil. As iniciativas comunitárias/associativas de geração de trabalho e renda, que eclodem no início dos anos 1980 e se multiplicam nos 90, têm por motivos de criação fatores diversos, tais como aspirações de pobreza digna, valorização da comunidade, desejo de propriedade própria dos meios de produção por parte dos trabalhadores, além de apoios externos provenientes de setores progressistas da Igreja Católica, centrais sindicais e outras entidades.

Empiricamente, percebemos uma realidade poliforme e complexa de manifestações da economia solidária; um mosaico variado de formatos

organizacionais, segmentos de mercado, porte dos EES, estágios de desenvolvimento etc. Cooperativas de produção e consumo, associações de catadores e recicladores de lixo urbano, empresas recuperadas depois de processos falimentares, grupos comunitários de produção e atendimento às demandas sociais de suas comunidades, bancos comunitários; e todos têm protagonizado alternativas às formas hegemônicas do capital de organizar produtos e serviços. E, no dizer de Paul Singer (2002), no laboratório da história, o único método disponível é o da tentativa e erro. E é justamente dessa forma que as experiências têm evoluído. Daí suas muitas dificuldades e precariedades, especialmente em países da periferia do sistema mundial, que já ocupam um lugar específico (e subalterno) na divisão social do trabalho.

Santos e Rodriguez (2002, p. 29) argumentam que o mapa das experiências no campo da produção econômica alternativa é vasto e variável, incluindo “desde organizações econômicas populares constituídas pelos setores mais marginalizados na periferia até cooperativas prósperas no centro do sistema mundial”.

Na compreensão de uma economia plural, imersa em e produzida por relações sociais, há espaço para a reciprocidade como constitutiva das ações econômicas. Para Karl Polany, a economia plural constitui-se de quatro lógicas (ou princípios do comportamento econômico) articuladas entre si: a *domesticidade*, administração doméstica, orientada para a satisfação das necessidades dos grupos sociais; a *reciprocidade*, lógica orientada para a manutenção satisfatória dos vínculos sociais, cuja expressão é a dádiva como fato social; o *mercado*, orientado pelo cálculo e interesses individuais, para a acumulação de capital por parte de agentes econômicos; e a *redistribuição*, onde a autoridade central distribui os recursos da produção visando viabilizar a vida coletiva (Laville e França Filho, 2004).

Como a economia, em suas diversas dimensões e manifestações, produz-se nas mediações das relações sociais, as lógicas que regem sua organização acabam sendo necessariamente plurais, gerando manifestações empíricas também bastante variadas.

A formação de redes de produção e consumo solidários acrescenta aspectos como reciprocidade e vínculos sociais fortalecidos à lógica econômica, podendo consolidar o papel da economia solidária no desenvolvimento de atividades econômicas e de geração de renda com justiça social e responsabilidade ambiental. A força dos EES reside no fato de eventualmente combinarem o espírito empresarial e o espírito solidário, unindo os vetores da autogestão com os da eficiência produtiva e no atendimento às necessidades dos trabalhadores e suas comunidades (Gaiger, 2004).

Buscamos, então, articular a temática do trabalho solidário com a questão da subjetividade e seu desenvolvimento, pois o trabalho ainda se apresenta, em

nossa sociedade, como um dos importantes vetores de constituição das subjetividades. Para tanto, é pertinente apontarmos alguns núcleos semânticos do termo subjetividade, que utilizamos para analisar os dados obtidos.

Na proposição de Guattari e Rolnik (1993), a sociedade contemporânea abriga uma série de elementos maquínicos direcionados para a produção de subjetividades ligadas entre si pela ordem do consumo, da rivalidade, da individualidade, da competição, da uniformização do desejo, do pensamento, do corpo, do hábito etc. A isto chamam de “poderosa fábrica de subjetividade” ou “subjetividade capitalística”.

Nas palavras do próprio Guattari (1993, p. 25):

O sujeito, segundo toda tradição da filosofia e das ciências humanas, é algo que encontramos como um êntre-lá, algo do domínio de uma suposta natureza humana. Proponho ao contrário, a idéia de uma subjetividade de natureza industrial, maquínica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida.

Para Guillen (1994), na constituição do sujeito massificado, o *Homo Economicus*, ocorre a incorporação da lógica da concorrência e da individualidade, a abstração da esfera econômica que se expande pelas demais esferas da vida, constituindo uma visão de ser humano como aquele sempre guiado pela razão, utilizando-a para maximizar seus ganhos e possuindo um padrão utilitarista de relações com outras pessoas, ambientes, situações e objetos. Podemos dizer que, de certa forma, esses elementos estão presentes nas subjetividades dos que trabalham, pelo simples fato de se inserirem no sistema produtivo e de consumo capitalista.

Por outro lado, Guattari e Rolnik (1993) mencionam o processo de *singularização*, onde o sujeito escaparia da subjetividade fabricada pela lógica hegemônica e se converteria num processo de criação e ruptura, fazendo emergir formas criativas, singularizadas, de existência.

Como podemos perceber em Nardi (2006), Tittoni (1994) e Veronese (2004, 2007), o trabalho constitui-se como um espaço de vivências com profundas influências na constituição da subjetividade do trabalhador em seu caráter singular, atingindo as diversas esferas de sua vida de algum modo. Defendemos, portanto, a centralidade do trabalho, *dentre outros elementos fundamentais* na construção das identidades. Não exclusivo nem principal, mas central, juntamente com os demais elementos (familiares, culturais, comunitários, relacionais em geral).

Desta forma, através das dezoito entrevistas realizadas com participantes da Justa Trama, além de observação direta do trabalho e das interações entre

eles, objetivamos responder a seguinte pergunta: em que aspectos as práticas de gestão desenvolvidas pelos Empreendimentos Solidários que compõem a Cadeia Produtiva Justa Trama propiciam alternativas objetivas e subjetivas frente à lógica vigente de relações e produção na esfera do trabalho?

Buscando respondê-la, dividimos a análise em três subcategorias: a) aspectos referentes ao coletivo de trabalho; b) a possibilidade de relações diferenciadas dos trabalhadores em relação ao seu trabalho e aos benefícios oriundos destas relações, e c) a perspectiva de um devir militante entre os trabalhadores que compõem a Economia Solidária.

Analisando discursos e práticas na Justa Trama

a) Aspectos referentes ao coletivo de trabalho

Foi bastante comum, nos últimos anos, a crença de que o envolvimento dos trabalhadores em formas cooperativas e associativas de trabalho decorresse, exclusivamente, das dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal. Contudo, algumas das entrevistas realizadas revelam que para muitos destes trabalhadores, vincular-se a este tipo de trabalho é questão de opção consciente e crítica.

Era bem isto que nós estávamos procurando, nunca tínhamos trabalhado desta forma coletiva, sempre autônomo ou empregado. Já estávamos cansados disto, quando se tem patrão existe muita pressão, além disto, tu tá trabalhando e tem a impressão de que quem tá ganhando é o outro sabe? Agora acho que a gente tem até mais liberdade para expor idéias, opiniões, não fica presa. Igual, não se decide nada sozinha, mas as coisas são mais compartilhadas e tua opinião é mais valorizada, isto tudo ficou mais fácil. Era bem isto que nós buscávamos. (Coordenadora da Fio Nobre- SC)

Eu vim trabalhar aqui por uma questão afetiva, era um desafio para mim, porque eu ia trabalhar na área comercial e eu sempre fui da produção, eu queria o desafio, então foi e é uma opção pessoal. Essa cooperativa é a menina dos meus olhos, apesar do salário ainda não ser o ideal. Aqui minha opinião é valorizada, eu afeto diretamente nas decisões, no meu outro trabalho, em uma empresa convencional, eu não enxergava o todo, tinha muita gente acima de mim. (Coordenador de vendas da Cones- SP)

Esta opção pelo trabalho coletivo aponta para a escolha por uma matriz laboral diferenciada, buscando substituir, no cerne das relações, o conceito de competição pelo de cooperação. Como refere Frantz (2002, p.33) “a cooperação

é uma ação que decorre da vontade de um ato político de indivíduos que passam, ao se identificar como sujeitos e atores, a partir de necessidades ou interesses comuns, a colaborar em determinado contexto social.”

Assim, podemos pensar no desejo de um estado de *associação-cooperação consciente*, onde os indivíduos compactuam com certa proposta de trabalho, não guiados apenas por demandas específicas associadas às necessidades financeiras imediatas, mas sim por vislumbrarem uma série de outros benefícios dentro desta perspectiva. Guillen (1994) aponta alguns aspectos que caracterizam a associação-cooperação consciente: a) a existência de objetivos comuns; b) a percepção de que existe a necessidade de associação para a conquista do objetivo, pois, de outra forma, cada indivíduo isolado não conseguiria atingi-lo; c) a integração grupal desenvolvida por um processo participativo no planejamento e na tomada de decisões; d) o estabelecimento de um contrato mais ou menos formal que sancione o pacto estipulado entre interesses; e) a concepção da supremacia dos aspectos políticos e dos desejos associativos sobre os aspectos tecnoburocráticos; f) a concepção de que nem todos os aspectos que guiam o sujeito ao ato associativo estão colocados de forma consciente, e desta forma muitos deles podem vir à tona ao longo do processo e devem ser acolhidos e respeitados pela coletividade na medida do possível.

Entretanto, não basta apenas a consciência sobre a necessidade, importância e benefício de associação a um coletivo de trabalho. Existe ainda aquilo que se apresenta como grande desafio na caminhada daqueles que realizaram a opção pelo trabalho cooperativo: *a apropriação do coletivo por parte dos trabalhadores*. Apropriação como *tornar próprio, tornar seu*, agir e pensar dentro da lógica solidária (com todas as contradições e ambiguidades próprias da ação humana, mas empreendendo uma tentativa, ensaiando e errando). Alguns depoimentos apresentam as dimensões deste desafio dentro da Cadeia Produtiva Justa Trama:

É, muitas vezes as pessoas têm dificuldade em participar, acham que sabem menos, que não são capazes. Aqui, no começo tivemos dificuldades em fazer o pessoal entender o que era uma cooperativa, achavam que agora que eram donos podiam fazer o que queriam, chegar a qualquer hora. Com o tempo foram se dando conta que o dono tem que ser sempre o primeiro a chegar e o último a sair. (Coordenador de vendas da Cones – SP)

A apropriação do trabalhador sobre a Economia Solidária é uma coisa mais lenta, muitos deles vão até o ato de vender o algodão para a associação, não conseguem ter a idéia da cadeia como um todo, mas nós sempre trabalhamos isto, como e porquê do melhor preço, o que é Economia Solidária, Justa Trama, comércio justo, isto é sempre discutido. (Presidente da ADEC- CE)

Dentro da Justa Trama, o processo de apropriação de cada um, no que se refere às características da cadeia, desenvolve-se de forma gradual através de encontros de formação, ações de coordenadoria assumidas pelo trabalhador e também da representação da marca nos espaços de comercialização (feiras, eventos, lojas) onde, em contato direto com o consumidor, desenvolve-se um processo de identificação por parte do trabalhador com o produto.

Ao analisar o processo de apropriação do coletivo, Gohn (2004) destaca a noção de empoderamento, afirmando que empoderar-se significa identificar-se, tomar parte, agir para transformar e buscar caminhos e opções.

Ao propor outras formas de intercâmbio, de mercado, de consumo e de relações entre o trabalhador e seu trabalho, a Economia Solidária tensiona o ponto nevrálgico da estrutura socioeconômica vigente. Muitas vezes este embate é uma luta de forças desiguais e tende por diversas vias a sufocar as formas alternativas de organização laboral. É neste contexto que se encontra a necessidade de uma nova estratégia de ação, uma estratégia vinculada à dimensão da educação, de uma *pedagogia cooperativa*. Muitas vezes, este é o elemento que, pela sua ausência, alavanca dificuldades vitais no cotidiano do grupo de trabalho. Aqui é que as questões da apropriação e do empoderamento são vitais nessa construção.

Em consonância com esta busca, Benevides (2003), para melhor compreender o significado de cultura da cooperação, aponta que os analistas procuram integrar a Economia, a Sociologia, a Psicologia e a Filosofia à governança, ao empreendedorismo e às atividades econômicas e sociais em geral. Assim, esta cultura baseia-se em uma filosofia de valorização de princípios humanísticos e na importância do auxílio-mútuo para promover melhorias a todos, fazendo isto através de um processo educacional diferenciado. O depoimento de representante da Justa Trama expressa bem a importância da dimensão formativa da educação para a cooperação:

A análise que a gente faz é de que hoje a grande dificuldade dos empreendimentos está na questão da gestão interpessoal, eu acho que 60% do que depende um grupo para dar certo está ligado a isto, se você está bem na questão da gestão você consegue trabalhar, decidir as coisas. Quando se trabalha isto, o que é cooperar, o que é respeitar os outros, as pessoas têm que mudar de atitude, por isto a Economia Solidária é um projeto muito grande, não é um projeto para todos, muitos não se encaixam, não se sentem bem nessa nova forma de se relacionar. (Representante da UNIVENS na Justa Trama).

Portanto, é através de um processo educacional crítico que as pessoas desenvolvem tendências internas para o trabalho associativo, aliando confiança

com uma base contratual que promove o ato cooperativo e a aderência e participação consciente por parte dos trabalhadores dentro do empreendimento e de sua lógica solidária de funcionamento.

Quando o conjunto de trabalhadores consegue apropriar-se da cooperativa ou associação enquanto donos do próprio negócio (sujeitos que eventualmente já experimentaram situações de trabalho explorado e/ou autoritário), o grupo de trabalho possui certa tendência a extrapolar seus objetivos iniciais, ampliando assim a gama de benefícios gerados ao trabalhador. Constroem, assim, aquilo que Castel (1997, 2006) denomina como *coletivos fortes*.

Esses coletivos são protetores, propiciam a participação do sujeito em solidariedades coletivas, gerando a possibilidade de reorganização de inúmeras esferas de sua vida, podendo promover a inclusão e resgatar a cidadania.

Esse elemento é essencial para compreender as diferenças entre as formas laborais associativas e as formas laborais hegemônicas ou capitalistas, assim como a influência destas práticas na subjetividade do trabalhador. Ao apontar que os empreendimentos econômicos solidários (EES) extrapolam a dimensão restrita da geração de renda e passam a ser experiências reconstitutivas do sujeito e de seus vínculos sociais, coloca-se em pé de igualdade a dimensão afetiva e a dimensão econômica.

Antes dessa história de arrendarmos uma terra para plantarmos juntos, o pessoal se reunia aqui na igreja para almoçar uma vez por ano, hoje toda semana nós nos encontramos ou para termos aulas, ou para discutirmos sobre o trabalho ou sobre outro problema da comunidade. Isso mudou muito nossa relação de vizinho. Na verdade acho que deixamos de ser vizinhos para sermos amigos. (Plantador de Moreira Sales- PR)

Olha, vou te dizer, foi depois que entrei nesse grupo aqui que fui fazer minha carteira de identidade, meu CPF, minha carteira de trabalho, tinha perdido tudo isso e não tava mais nem aí, depois, fui arrumando minha casa, arrumei até meu casamento tu acredita?! (Costureira da Cooperstylus-SP)

Essa integração entre aspectos sócio-afetivos e econômicos pode contribuir para a reformulação das formas de avaliação dos projetos de geração de renda em nossa sociedade. Assumindo-a, passa-se a aderir à premissa de que não basta um empreendimento garantir rentabilidade financeira para atribuir-lhe sucesso, pois pode ele também garantir ganhos nessa dimensão correspondente aos aspectos subjetivos do trabalhador.

Analisando essa percepção de ganhos subjetivos, produzimos uma segunda categoria temática que passamos agora a desenvolver.

b) Possibilidades de relações diferenciadas dos trabalhadores com seu trabalho

Este tópico refere-se à forma como trabalhadores e trabalhadoras da Justa Trama se percebem vinculados ao trabalho e os benefícios dele oriundos. Pode-se pensar que os benefícios percebidos são consequência do processo de apropriação e fortalecimento dos grupos de trabalho, que ao longo de suas trajetórias, aliando interesses individuais e coletivos, direcionam-se em busca de demandas mais amplas do que a imediata geração de trabalho e renda.

Embora incompleta e sujeita a abalos, a convergência entre interesses individuais e coletivos permite que o empreendimento se conduza simultaneamente pelo altruísmo recíproco e pelos interesses pessoais de cada trabalhador, individuais e ao mesmo tempo referidos ao grupo, ou a comunidade de trabalho que então se estabelece. A expressão significa que os indivíduos, a partir da vivência e por conta dos objetivos que os unem no trabalho, tecem laços que ultrapassam a esfera material e as satisfações imediatas, na medida em que alimentam uma identidade e um projeto comum, ancorados na história e no espaço por eles partilhados. (Gaiger, 2006, p. 18)

Sobre estes laços, suas consequências, que ultrapassam as questões imediatas de trabalho e renda, se encontram bem explicitadas no caso da Justa Trama, através da valorização (reconhecimento) do trabalhador.

Aqui você trabalha e sabe que é útil. Eu já fiz tanta coisa na minha vida, um dia alguém me perguntou aquilo que eu gostava de fazer de verdade, aquilo que poderia fazer sempre e não enjoava, aquilo que quando está na hora de ir você não quer ir embora. Eu pensei, eu amo moda. E a pessoa me disse então vai fazer isso, porque enquanto você não fizer aquilo que você gosta não vai dar certo. E hoje eu tô aqui, trabalhando na costura e não sou empregada de ninguém. (Costureira da Cooperstylus – SP)

Se no modo tipicamente capitalista de organização do trabalho o trabalhador é visto como empregado - aquele que, por possuir poucos recursos, deve vender sua mão de obra para sobreviver - no formato associativo ele passa a assumir, por vezes, a função de gestor, planejador, participe de um processo mais amplo. Com isso, não encara mais o emprego da mão de obra como algo pejorativo, percebendo-o antes como possibilidade de exercer aquilo que o realiza. A experiência possibilita-lhe ensinar ao próximo, que lhe atribui possibilidade de alcançar seus sonhos, que, enfim, lhe traz a percepção positiva de satisfação. Esse

elemento pode ajudar a compreender porque os trabalhadores entrevistados apresentam o trabalho como elemento em integração com as demais esferas de sua vida.

É um trabalho que te proporciona uma série de possibilidades muito mais flexíveis, se tu tens um filho doente, tem que sair mais cedo, coisa assim, o trato todo é diferente, mais humano e personificado, você pode ser mãe, mulher, esposa, dona de casa, trabalhadora, amiga, tudo isso sem tanta dificuldade. (Costureira da Fio Nobre- SC).

Essa comunhão de elementos da vida privada – singular, com a vida laboral – coletiva, concretiza-se em ganhos não-monetários, experiências que agregam valores diferenciados com base nos princípios da economia solidária. Institui-se assim uma dinâmica que coloca outro tipo de “moeda” em funcionamento e apresenta outra forma de “rentabilidade” possível.

Um dos elementos mais importantes dentro dessa perspectiva é o de possibilitar ao trabalhador experiências de vida às quais ele não teria acesso caso não estivesse associado ao grupo. O sujeito que emerge dessas formas de organização laboral, não demanda apenas retribuição financeira, ele percebe que o coletivo tem mais a proporcionar:

Aqui o rendimento financeiro ainda é pouco, mas existe outro tipo de rendimento que é o reconhecimento, a mobilização, a articulação de conhecimentos, de ganhar um curso agora como o do Planceq, de ter um reconhecimento nacional. (Representante do grupo Fio Nobre na diretoria da Justa Trama).

Imagina eu, nasci aqui atrás neste mato de fim de mundo, um dia me botaram dentro de um avião e fui cair lá em Porto Alegre, ainda pra falar sobre a experiência da gente na frente de um monte de pessoas, tive que me superar. (Plantadora de Moreira Sales).

Esta possibilidade de inserção dos trabalhadores em diferentes contextos desencadeia um processo de reconhecimento social que se reverte em ressignificação da própria autoimagem, passando a vislumbrar possíveis características outrora desconhecidas.

Para Fraser (2007) o reconhecimento não é apenas uma questão de ética, mas sim de justiça social. Considerar este processo como problemática da justiça social, segundo a autora, é tirar esta questão do plano individual e colocá-la no plano coletivo. De alguma forma, esta é uma das grandes tratativas da Economia

Solidária: sair da racionalidade individualista para compreender as dificuldades ou potencialidades do sujeito frente às demandas do mundo e colocá-las sob uma perspectiva coletiva. Esta transformação chama a responsabilidade de uma gama bem maior de agentes sobre as condições da vida do sujeito, como o setor público e a própria comunidade.

Tais experiências de reconhecimento e agregação de ganhos para além dos financeiros possibilitam que o trabalho seja encarado como um meio para atingir algo maior, não mais se colocando, ele próprio, como um fim em si mesmo. Em segunda instância, este fenômeno reverbera para a ampliação no horizonte da vida do sujeito, que a partir do reconhecimento de si próprio e de suas potencialidades, a partir do coletivo, passa a perceber novas possibilidades concretas de vivências e conquistas.

Como aponta Nardi (2006, p.22):

pensar a subjetividade nas suas conexões com o trabalho implica em compreender os processos através dos quais as experiências do trabalho conformam modos de agir, pensar e sentir, amarrados em dados momentos que evocam a conexão entre diferentes elementos, valores, necessidades e projetos.

Na experiência da Cadeia Produtiva e Solidária de Algodão Ecológico Justa Trama este reconhecimento, desvendado em novas possibilidades concretas de agir, oferece, em dois pontos especiais, uma interessante possibilidade de resignificação de contextos profundamente degradados nas formas hegemônicas laborais: as questões de **gênero e saúde**.

Temas emergentes: gênero e saúde

Estes dois temas apresentam-se como transversais na discussão do trabalho solidário, pois tanto as péssimas condições que acarretam em acidentes de trabalho e doenças crônicas, como a condição sócio-histórica de subordinação e exploração da mulher no mercado de trabalho (formal e informal), fazem com que estes sejam assuntos essenciais a serem tratados quando pensamos os processos subjetivos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Para Muraro (1992), ainda que se manifestem no plano pessoal, as relações sociais de gênero vão além das singularidades individuais. As relações de subordinação estabelecidas por homens e mulheres baseiam-se em relações de poder forjadas na divisão sexual do trabalho, processo de caráter social e histórico.

Através das colocações de nossas entrevistadas, percebemos o *potencial*

existente dentro destas novas práticas laborais, no sentido de resignificar aquilo que é hegemônico nas relações de gênero regidas pelo patriarcado, trazendo as discussões de gênero ao foco das ações de trabalho. Destacamos que existe essa *potencialidade*, não havendo garantia alguma da resolução das contradições de poder na esfera das relações de gênero:

Antes as mulheres ficavam dependendo tudo dos maridos e agora tem marido dependendo de mulher (risos). (Plantadora de Moreira Sales- PR)

Quando eu falei na minha família que eu ia participar de uma cooperativa todo mundo pulou! Precisa fazer isso mesmo mãe? Meu marido tava desconfiado, achava que era perda de tempo. Sim, estavam mal acostumados, sempre à mão, a mulher ali em casa, preparando tudo. Eles me disseram: lugar de mãe é em casa. Eu respondia: lugar de mãe é onde a mãe quer ficar! E vim, foi difícil, mas eles se acostumaram. (Costureira da Cooperstylus-SP)

A valorização da mulher é um traço marcante nas práticas desenvolvidas dentro das atividades da Justa Trama, atribuindo-lhe legitimidade para posicionar-se de forma firme e crítica frente aos discursos vigentes, ocupando espaço ativo no contexto familiar, principalmente frente ao marido e posicionando-se de maneira protagonista nas ações comunitárias. O fato de que a rede foi idealizada por duas mulheres, costureiras, legitima essa questão como central no engajamento dos/das participantes.

Não há, em nosso entendimento, como afirmar que a economia solidária como um todo se organiza de forma a libertar a mulher de sua condição de inferiorização, sob o jugo da ideologia patriarcal; mas esse desdobramento existe, como potencialidade, como desejo e como construção, nas práticas das trabalhadoras e trabalhadores da Justa Trama. Parece existir a produção de um novo equilíbrio entre o espaço doméstico e o espaço da produção.

Juntamente com a questão de gênero, existe outro elemento de fundamental importância e inovação nos princípios da cadeia, que se refere à agregação de práticas laborais que respeitem a saúde do trabalhador. Nas áreas rurais, a possibilidade, via Justa Trama, de plantar o algodão ecológico agrega valor e resgata a dimensão da saúde daquele que planta.

Eu tinha prometido para mim mês mesmo que nunca mais ia plantar, apesar de ser a única coisa que eu sabia e fiz a vida toda, pois já tinha desmaiado duas vezes na roça por causa do cheiro forte do veneno. (Plantador de algodão- PR).

O veneno é a coisa mais triste, fica com aquele cheiro encruado em ti por dias, até a mulher do cara reluta em dormir do lado dele na noite que ele

passou o veneno na plantação. E esse cheiro se espalha por tudo, pode perguntar, tu sabe direitinho quando alguém ta passando veneno na sua plantação, dá pra sentir a quilômetros de distância. Teve família que perdeu muita coisa, até dinheiro, porque o médico disse que se o cara continuasse plantando ia morrer de tanto borrar. (Plantador de algodão- PR)

O plantio convencional de algodão recebe duas aplicações semestrais com dezesseis tipos de pesticidas químicos diferentes, informam os plantadores. No caso de uso abusivo ou contato extremo são diagnosticados problemas de pele, fígado e rins, perda de cabelo, dores de cabeça, náuseas e tonturas. Apesar disto, antes da chegada da Justa Trama, em Moreira Sales, comunidade rural do Paraná, distrito de Maringá, não se tinha a cultura de plantar sem veneno químico e esta possibilidade era vista com desconfiança pelos plantadores e com descrédito pela maioria da comunidade: “O pessoal não acreditava não, dizia que era impossível afastar as pragas colocando uma mistura de ervas com urina e esterco de vaca. Hoje tá todo mundo de queixo caído” (Plantador de algodão –PR).

Através de cursos e eventos formativos realizados na própria comunidade (através de uma parceria da Rede Unitrabalho com a ONG Maithenus), estes conhecimentos ecológicos foram passados aos plantadores. O resultado foi o arrendamento de cinco equitares de terra para uma experiência piloto de plantio coletivo de algodão ecológico que, segundo a avaliação dos próprios plantadores, está dando muito certo. Aliando a possibilidade de desenvolver uma prática saudável para si e para o ambiente, percebe-se que os plantadores adquirem uma visão ampliada de seu trabalho e do ecossistema no qual estão inseridos, e esta visão do todo traz respeitabilidade ao meio ambiente e gera legitimidade à proposta ecológica da cadeia produtiva.

Com o tempo a gente foi entendendo que tudo tem um porquê de estar ali né? É como se entendesse o sistema de como as coisas funcionam, todas ligadas umas nas outras, depois disso nada mais vai fora, tudo se aproveita. Até os marimbondos que a gente matava não mata mais, formiga também, deus que me livre. Hoje vê aquela formiga e pensa que se ela tá ali onde não era pra tá é por que alguma coisa tá errada, aprendemos que tudo na natureza tem um porquê, ela não tá ali à toa, então se tu matar aquela formiguinha vai acabar sobrando alguma coisa em algum lugar que vai acabar te prejudicando, melhor que matar é ir lá no formigueiro ver o que tá acontecendo. Da mesma forma o marimbondo, se mata ele e não tem quem como aquela lagarta que vai apodrecer o feijão. (Plantador de Algodão- PR)

Diferentemente do Paraná, onde o plantio de algodão ecológico é uma coisa nova, na ASDEC (Associação de Educação e Cultura) em Tauá, no Semi-

árido Cearense, outro elo de plantio da cadeia produtiva, o cultivo ecológico já é uma prática corrente há cerca de quinze anos; mesmo assim, a luta pela conscientização dos plantadores para um manejo adequado da terra na entressafra, assim como refletir sobre os incentivos governamentais para o plantio de sementes transgênicas, é tarefa constante por parte dos órgãos de fomento, como a própria ESPLAR, que apóia a Justa Trama na região.

Promovendo saúde no trabalho, relativizando discursos e práticas ligadas ao gênero, em última análise promovendo o reconhecimento e a centralidade da figura do/a trabalhador/a nos processos produtivos, a Justa Trama contribui para colocar em circulação no mundo do trabalho outras formas de rentabilidade, outras moedas e conseqüentemente outros ganhos que vão muito além daquele salário mensal adquirido pelos funcionários de uma empresa convencional. Avaliamos que esse processo é fenômeno marcante na promoção de subjetividades diferenciadas que possibilitam aos sujeitos redimensionar o histórico e pejorativo imaginário do trabalho como um fardo e assim, utilizá-lo como ferramenta para desvendar outras formas de ser e estar no mundo.

Esta ação vai ao encontro do que propõe Guattari (2003, p. 50):

Já sublinhei que é cada vez menos legítimo que as retribuições financeiras e de prestígio das atividades humanas socialmente reconhecidas sejam reguladas apenas por um mercado fundado no lucro, outro sistemas de valores deveria ser levados em conta, como a rentabilidade social, estética... Assim a produção de valores existenciais e de valores de desejo não se apresentará, sublinho, como uma alternativa global, constituída de uma vez por todas. Ela resultará de um deslocamento generalizado dos atuais sistemas de valor e da apropriação de novos pólos de apropriação.

Até o momento, tratamos dos aspectos subjetivos que envolvem o trabalhador empenhado nessas diferenciadas formas de organização do trabalho. Analisamos como alguns trabalhadores realizam uma opção consciente em busca de um trabalho coletivo, os desafios de promover a apropriação dos trabalhadores dentro da concepção de que são responsáveis não apenas pela produção, mas pela gestão daquele grupo. Percebemos que quando isto ocorre com êxito promove-se a constituição de coletivos fortes, que ultrapassam suas demandas imediatas por geração de renda e atingem objetivos mais amplos. Também analisamos como o engajamento do trabalhador nestas formas laborais diferenciadas possibilita reconhecimento e valorização, promovendo outros ganhos e ressignificando temas centrais nas discussões do trabalho decente, como saúde e gênero. Estes são elementos de singularidade onde a Economia Solidária, como no caso da Cadeia Produtiva Justa Trama, constitui uma esfera diferente no mundo

do trabalho e como esta transformação afeta de forma direta os modos de subjetivação.

Na parte seguinte do texto, desejando analisar de maneira mais profunda os traços subjetivos que caracterizam os trabalhadores envolvidos nessas práticas, como se buscássemos certa gênese das motivações histórico-singulares que dão corpo à opção de inserir-se nesta diferenciada experiência, encontramos a temática da militância como ponto central.

c) A perspectiva de um devir militante entre os trabalhadores que compõem a economia solidária

A primeira consideração importante a fazer sobre a militância é que ela se coloca no limiar da constituição coletiva e singular do sujeito. Como aponta Vinadé (2007), a construção de uma nova sociedade passa pela realização e pela construção do sujeito particular, pela subjetividade, pela singularidade dos militantes. Militantes produzem e são produzidos pela militância continuamente, o que faz com que não possamos eliminar e dicotomizar a dimensão individual e subjetiva dos processos coletivos das lutas sociais.

A militância surge na vida como possibilidade de ser sujeito, ser o que se é, e viver aquilo que se acredita. Para Touraine (2006), o conceito de sujeito evoca a ideia de luta social, configura-se como parte íntima de cada ser que possui como movimento a resistência, o confronto, o debate.

Só nos tornamos plenamente sujeitos quando aceitamos como nosso ideal reconhecer-nos – e fazer-nos reconhecer enquanto indivíduos- como seres individuados, que defendem e constroem sua singularidade, e dando, através de nossos atos de resistência, um sentido a nossa existência. (Touraine, 2006, p.123)

Na alternância entre ser e não ser sujeito, nos deparamos com a outra dimensão do Ser descrita por Touraine, o indivíduo. Ao indivíduo cabe a ordem dos direitos, dos deveres, da moralidade, é a parte em nós que transita em comum acordo com as regras e instituições sociais, a parte flexível, maleável. Ele é alvo dos direitos universais, direitos políticos e culturais promovidos pelas instâncias públicas, constituindo-se como a parte formada, modelada socialmente.

O indivíduo não passa então de uma tela pela qual se projetam desejos, necessidades, mundos imaginários fabricados pelas novas indústrias da comunicação. Esta imagem de indivíduo que já não é mais definido por

grupos de pertença, que é cada vez mais enfraquecida e que não encontra garantia de sua identidade em si mesmo, pois já não é mais um princípio de unidade e é obscuramente dirigido por aquilo que escapa sua consciência. (Touraine, 2006, p.119)

Portanto, a relação existente entre estes dois aspectos do Ser, sujeito e indivíduo, apresenta-se como processo complexo de co-dependência. Desta forma, não é possível pensar, ou mesmo teoricamente almejar, uma sociedade de plenos sujeitos. Podemos dizer que o indivíduo representa uma plataforma de manifestação do sujeito, assim como o sujeito garante maior ou menor espaço de atuação do indivíduo. No aspecto da militância, o sujeito é este devir combatente e engajado e o indivíduo é a dimensão do ser que carece de direitos e do reconhecimento.

Para Baltazar (2004), a subjetividade militante acontece quando o fazer militante existe, quando a pessoa comparece diante do grupo que pressupõe essa identidade, reafirmando-a. A autora destaca a militância como parte dos processos psíquicos dos sujeitos, sendo uma participação política engajada, crítica, que busca novos valores para uma nova sociedade.

Este traço da militância encontra-se bem representado nas falas dos entrevistados. Uma costureira de Itajaí - SC, assim como o representante da Cooperativa Nova Esperança – CONES, em Nova Odessa- SP, ao serem perguntados, por exemplo, sobre a importância que percebem no trabalho que desenvolvem, apontam:

É uma questão ideológica, né? Você está trabalhando com outro paradigma, é processo, é conquista, é inclusão, é paciência, é raça, é tudo isso e quando se trabalha isso as pessoas logo pensam no pobre que não tem muita opção, mas não necessariamente, você pode incluir um sujeito bem esclarecido, mas que nunca trabalhou na perspectiva do coletivo, ele tem que ser incluído também, isso é mudança de paradigma. Isso acontece quando se trabalha com o algodão ecológico, que vem respeitando o trabalhador, as famílias, o meio ambiente. (Representante da CONES - SP)

Trabalho com isto por sonho, né? Quando comecei a militância na juventude, peguei a questão da ditadura, isso tudo te coloca um caminho pela frente, eu me criei nesse processo. Quando tu começa a vislumbrar a possibilidade de um modo de vida onde todos podem ganhar tu começa a ter outra cabeça. (Costureira da Fio Nobre- SC).

Através dos depoimentos dos entrevistados e do convívio com eles no cotidiano dos empreendimentos, percebemos que dentro da Justa Trama, entre

os trabalhadores, existem dois públicos bem específicos. Primeiramente, aqueles que possuem uma caminhada anterior em movimentos sociais e em certo momento aderiram ao projeto político da Economia Solidária, desempenhando um papel de militância e articulação dentro do movimento, possuindo uma visão mais ampliada da questão social na qual a luta está envolvida.

De outro lado, podemos perceber o público geralmente derivado dos programas de assistência social, pessoas desfiladas (Castel, 1997), com dificuldade de inserção no mercado de trabalho, precárias condições de vida, que, de maneira geral, formam a base das unidades de trabalho.

Dentro da cadeia existem sim pessoas que antes já atuavam no movimento social, no movimento sindical e tem uma visão mais aprofundada do compromisso social que tem esse projeto da Justa Trama. Eu vejo também todo outro público que veio buscando sanar a dificuldade do trabalho e renda, aí você vai cativando eles para esse processo maior. Mas nós somos a diversidade, talvez a Justa Trama seja o que há de mais diversidade, pois nós temos diversidade em tudo, a Economia Solidária é um movimento de diversidade, talvez isso seja o legal. Então quanto mais as diversidades se aproximarem para conversar e achar formas legais de conviver, mais nos enriquecemos. (Representante da Cooperativa Unidas Venceremos - UNIVENS- RS).

O desafio do militante dentro da cadeia, assim como na Economia Solidária de forma mais ampla, encontra-se no sentido de manter viva a reflexão necessária sobre o equilíbrio da balança entre cooperação e empreendedorismo, manter uma posição relacional de distanciamento saudável do empreendimento com o sistema vigente e, ao mesmo tempo, quebrar o comodismo e a dificuldade de participação da base na gestão do empreendimento da cadeia e do movimento como um todo.

Na medida em que o militante é quem possui visão e aderência aprofundada sobre os objetivos sociais e políticos do projeto de constituição de uma cadeia produtiva como a Justa Trama, torna-se ele responsável ora pelo embate, ora pela interlocução com as estruturas sociais e econômicas vigentes. Além disso, passar a dimensão deste embate e desta interlocução aos demais trabalhadores também é sua tarefa, mas falaremos disto de modo mais detalhado a seguir, quando abordaremos a temática da participação.

Vinadé (2007, p. 69) aponta com clareza a relação do militante com o sistema vigente:

O movimento de perceber-se diferente e sem lugar, do qual falam as pessoas com histórias militantes – o que possibilita que as pessoas se envolvam e participem de grupos, coletivos e movimentos – tem muito a ver com a insuficiência do Estado frente às questões de necessidades básicas. O Estado mínimo não tem condições de prover uma qualidade de vida razoável aos cidadãos, que não mais apostam neste Estado para dar conta de suas demandas. Misture-se a isso uma sociedade capitalista pautada em valores competitivos, individualistas e preconceituosos e temos o que um militante chamou de *“uma pulga atrás da orelha”*. Essa pulga age forçando os sujeitos a refletirem sobre suas condições de vida, produzindo questionamentos, inquietações, incomodações e revoltas, que, aliadas à paixão, abrem caminho para o engajamento em uma causa.

Neste aspecto, percebemos que o embate travado pelo militante e seu coletivo-forte é em relação à figura do Estado e também dos agentes de mercado. A fala de uma de nossas entrevistadas explicita a dificuldade que existe em manter-se em uma posição crítica frente ao sistema que, através de ofertas, produtos e pseudo-benefícios, tenta atrair aqueles que de alguma forma apresentam certa oposição a suas lógicas vigentes:

Tem muita gente que vem aqui, vem nos oferecer serviço pagando preço de facção, a gente não tá aqui pra isso, a gente quer acabar com essa mentalidade, as pessoas que trabalham em facção são muito exploradas, muitas vezes não tem carteira assinada, não têm auxílio doença, ganham muito pouco, aqui a gente mostra que existe uma outra maneira, mais humana, isto tudo a gente aprendeu, aprendeu a valorizar e hoje lutamos por isto, pra que todos tenham isso. (costureira, Cooperstylus – Santo André- SP)

Da mesma forma que o militante possui certa clareza dessa postura crítica em relação aos assédios da lógica vigente, existe neste papel outro desafio, que se refere ao comportamento de potencializar a dimensão forte do coletivo. Existem elementos neste processo de subjetivação que se mantêm e mantêm a possibilidade de coesão do grupo. O coletivo aparece como espaço de acolhimento das angústias e revoltas partilhadas, os militantes atribuem grande valor aos iguais, evidenciando a importância de estar ao lado de pessoas que compartilham aspirações e necessidades (Vinadé, 2007).

Esta característica faz com que passemos para o terceiro elemento observado na perspectiva do militante que faz parte dessa cadeia produtiva, um elemento que se localiza na relação entre liderança e participação das bases.

Como apontamos anteriormente, é perceptível, dentro da cadeia produtiva, a existência de dois públicos distintos, e estas distinções referem-se a trajetórias

de vidas, elementos de motivação para aderência ao movimento de Economia Solidária e, em última análise, desencadeiam posturas também diferenciadas na prática cotidiana. Aqueles que, usando a terminologia dos movimentos sociais clássicos, chamamos de “base”, são trabalhadores e trabalhadoras que geralmente apresentam necessidades imediatas de geração de renda e, ao chegarem na ECOSOL, recebem qualificação e passam a dedicar-se quase que exclusivamente à produção. Aqueles que denominamos de “militantes”, trabalhadores e trabalhadoras que percebem suas necessidades básicas conjugadas com a necessidade de crescimento e reconhecimento do movimento do qual fazem parte, são pessoas que chegam na ECOSOL com uma caminhada de outros movimentos sociais e passam a assumir papel de articuladores do movimento.

Esta distinção faz com que ocorra dentro da Cadeia, através de um processo interno de cada elo, a seleção unânime e natural destas pessoas com características de militância para assumirem papéis de liderança e coordenação na gestão dos processos. Uma militância que, pelo envolvimento com a causa, carrega legitimidade suficiente para tornar-se líder. Este processo desenvolve-se de maneira usual dentro da cadeia, mas se este líder-militante não possui concepções de igualitarismo e autogestão desenvolvidas, então esse fenômeno acaba por inibir a participação dos demais trabalhadores.

Por que a pessoa para ser presidente tem que ter certo conhecimento né? Entender bem das coisas, ser boa no falar, fazer contatos. Tem gente que já tem esse jeito né? Ai são as escolhidas. (Costureira da Cooperstylus – SP)

Na Justa Trama percebemos que existe clareza por parte das lideranças a respeito dos processos de escolha de representantes, assim como a noção da necessidade de se criar outras formas, papéis, imagens e funções para a figura do líder, além de ações concretas que buscam sanar o problema da participação das bases:

A questão da participação é bem complicada, a representação sabe? Existem as pessoas que não querem ir a um evento ou feira, por exemplo, não tem vontade ou têm vergonha de ir falar, então quase sempre são os mesmos, mas isto é uma questão de todo o grupo, não são alguns que decidem que vão, entendeu? Nas feiras sempre fazemos questão de ressaltar que todos têm que ir viajar, representar a marca, tem que ter a rotatividade. Aqui, todos já foram para alguma feira e sabem falar bem sobre a Justa Trama. É um movimento que a liderança tem que incentivar, dar a oportunidade e se for o caso, acompanhar e encorajar essa pessoa nas primeiras vezes. (Representante do grupo Fio Nobre – SC).

Herbert de Souza (2007) nos alerta que, na cultura brasileira, a participação é percebida de forma limitada e limitante: “seja um bom pai de família e o resto virá em acréscimo”, “seja um bom trabalhador e tudo dará certo”, “seja um bom cidadão que vota a cada quatro anos e o Estado fará o resto”. No fundo, aponta o autor, a mensagem conformista e excludente é esta: “Cuide de sua vida e esqueça o resto!”. A resignação e o medo de participação são reflexos de uma cultura autoritária que perpassa nossa história e se instalou em nossa cultura.

Isso é uma questão de cultura, muitas pessoas acham que não são capazes, temos que mostrar para elas justamente o oposto, nós que estamos hoje na coordenação de diretoria da Justa Trama, sempre pensamos sobre isto: “Quem serão os próximos a assumir essa coordenação?”, não podemos ficar aqui para sempre, não é certo, nem sadio. (Representante da UNINVENS na diretoria da Cadeia Produtiva).

Este movimento de rotatividade nas funções de diretoria da cadeia apresenta-se como elemento fundamental para a subsistência deste projeto, além dos princípios da ECOSOL afirmarem a necessidade de participação e qualificação de todos os trabalhadores nas diversas funções a serem desempenhadas dentro dos processos de gestão. Esta rotatividade acrescenta uma visão de totalidade da cadeia ao trabalhador, ainda mais em uma experiência que abrange um território tão vasto e culturas tão diversificadas, como no caso da Justa Trama. Como traz Gaiger (2006, p.12), “Neste contexto, a gestão coletiva facilita o consenso, empresta legitimidade às decisões e gera maior nível de adesão às estratégias adotadas.”

A costureira de um elo produtivo incorporado recentemente na Cadeia aponta esse desafio de vislumbrar o todo:

É, o que eu acho que ainda falta, pelo menos para nós que estamos chegando na Justa Trama agora, é mais integração, eu nem imagino como é a vida destes plantadores, por exemplo, isto poderia ser feito até com vídeos, filmagens que pudessem ser trocadas de um grupo com outro e mostrassem a realidade de cada lugar. Isso faz agente ver no que realmente estamos metidos. (costureira da Cooperstylus - Santo André- SP).

Desta forma, colocam-se os desafios de uma gestão participativa dentro de um projeto que busca ideologicamente consolidar práticas diferenciadas de trabalho e geração de renda. Tanto tomar consciência frente ao Estado e às práticas socioeconômicas vigentes, quanto instigar a participação interna daqueles que constituem as bases dos grupos, não são tarefas apenas das lideranças já instituídas, mas sim de todos os envolvidos. Este é um grande desafio, ao qual os agentes da Justa Trama parecem estar atentos.

Neste sentido pode-se atribuir o sucesso a experiência da Cadeia Produtiva analisando a quantidade significativa de trabalhadores vindos de outras experiências de militância em distintos movimentos sociais, e isto de fato é elemento significativo, mas não se deve colocar em menor grau de centralidade o interesse e a dedicação dos novos militantes, outrora apenas trabalhadores guiados pela emergência de geração de renda e que hoje despertam para os ideários de uma ação laboral engajada e crítica frente ao excludente contexto social.

Considerações finais

Destacamos três apontamentos gerais que servem como premissas para a compreensão da importância de experiências tais como as protagonizadas pela Justa Trama. Na conjuntura social contemporânea, a busca por formas alternativas de trabalho pode eventualmente ser uma característica presente, e marcante, na história daqueles que lutam por uma melhor condição de vida; dentro dessas alternativas laborais, as experiências guiadas através de grupos e coletividades associativos apresentam-se como um possível e eficiente caminho. A Economia Solidária constitui-se como uma realidade concreta, embora com limitações, mas com interessante potencial nessa direção. Sem generalizações, que seriam descabidas e nossos dados não permitiriam ousar, podemos contudo extrair desse registro empírico aqui analisado, importantes lições, para reflexão sobre as potencialidades/virtualidades emancipatórias da economia solidária. A análise nos mostrou que existem, no encontro da política com o trabalho, da militância com o cotidiano laboral, lembrando a feliz expressão de Andrada (2005).

Essas considerações situam a Economia Solidária enquanto possibilidade concreta, embora eventualmente contraditória, frágil e incompleta, na busca pela melhoria na qualidade de vida e na diminuição das desigualdades sociais. Chama a atenção, justamente por representar a contra-regra daquilo que usualmente se pensa, a *opção* das pessoas em trabalhar em experiências associativas. O senso comum aponta para o fato de que as pessoas que trabalham em empreendimentos solidários direcionam-se a este tipo de grupo produtivo por não possuírem outra opção de ganhar a vida, por pura necessidade; dentro desta concepção o trabalho associativo recebe uma conotação pejorativa e um *status* passageiro.

Evidentemente as estruturas formais de assalariamento ainda constituem, por mais que precárias, uma rede de seguridade social atrativa aos trabalhadores pobres; contudo, as falas de nossos entrevistados explicitam uma tendência racional e consciente no processo de escolha de muitos trabalhadores pela associação. Em última análise, este elemento contribui para a desvitimização dos trabalhadores

envolvidos na Economia Solidária, elevando-a a um patamar de maior legitimidade frente à lógica vigente.

Realizada tal opção, se desencadeia, dentro do grupo, a necessidade de uma apropriação do trabalhador sobre o coletivo. A forma encontrada pela Justa Trama no sentido de instigar tal apropriação parte dos processos de construção da representatividade da marca, principalmente nos espaços de comercialização. Na medida em que cada trabalhador encontra-se incentivado a realizar viagens, feiras, eventos em que deve representar a Justa Trama, inicia-se um processo de identificação com a marca que, ao encontrar reverberação positiva no público consumidor, assim como em seus pares, se fortalece, trazendo ao trabalhador uma dimensão significativa de seu trabalho.

Referente à subjetividade, este processo potencializa, eventualmente, maior protagonismo, posicionamento pessoal frente ao seu trabalho. Tal comportamento, ao ser incorporado, é automaticamente reverberado para as demais esferas da vida daquela pessoa, podendo mudar as formas que ela se coloca frente à família, a comunidade, as interações de lazer, afeto etc.

Esse processo de identificação do trabalhador com a marca Justa Trama é fortalecido na medida em que ele se percebe participante dos processos de tomada de decisão, vê seu trabalho sendo externamente reconhecido e passa a ser protagonista de sua própria história profissional. Chegamos assim a um apontamento fundamental: o grande público presente nas bases produtivas dos empreendimentos solidários busca algo para além de uma remuneração financeira imediata, busca também reconhecimento de sua cidadania, de seus direitos e de suas histórias de vida.

Embasados nisto é que sugerimos uma aproximação do conceito de empreendimento econômico solidário ao de coletivos-fortes, proposto por Castel (1997). Como vimos no caso da Justa Trama, tais coletivos possibilitam que os sujeitos retomem seus vínculos sociais dentro de suas próprias comunidades. Esta aproximação conceitual aponta para a necessidade de relativizarmos a lógica de análise empregada para avaliar a eficiência dos empreendimentos, visto que para esta análise são levados em consideração apenas os aspectos de retorno financeiro ao trabalhador. Deixando claro, sugerimos que qualquer análise que busque a compreensão e a efetividade de um EES deve colocar em pé de igualdade aspectos empreendedores–financeiros, mas também os sócio-culturais, como reconhecimento da cidadania, dos direitos, retomada dos vínculos sociais, promoção das culturas locais etc.

Adotada esta concepção, passamos a promover certa inversão da lógica pela qual compreendemos o trabalho em nossa sociedade, pois o trabalho usualmente se constitui como elemento que possui em si mesmo seu fim último.

Isto é, trabalha-se por que se precisa trabalhar, ou ganhar dinheiro para sobreviver, mas esta outra lógica sugere que o trabalho passe a ser visto como um meio, não como um fim; um meio para, em última análise, promover reconhecimento.

A busca por reconhecimento é um dos elos entre os dois públicos percebidos dentro da Cadeia Produtiva Justa Trama. Delimitamos, de um lado, o público oriundo dos programas assistenciais, que até então vivia em condições precárias e passa a compor os EES; e de outro lado, a figura do militante, que possui uma visão ampliada da missão do projeto solidário e procura articular e manter viva a chama da motivação dentro do movimento. Os primeiros lutam por reconhecimento de suas demandas básicas e cotidianas e ao longo do tempo são sensibilizados para a importância dessa proposta maior que carrega a Justa Trama; os segundos lutam por sua utopia, por sua história de vida engajada, pelo sonho de uma sociedade diferente, buscam reconhecimento social do movimento em que militam.

A figura do militante mostra-se importante na história da Justa Trama, sendo esses/as (em muitos dos casos, mulheres) naturalmente escolhidos/as como representantes e líderes dos grupos de trabalho. Seu papel congrega a ação específica de produção, a articulação interna da cadeia, a representação externa da cadeia e, ainda, o exercício de instigar a participação das bases.

Neste ponto é relevante ressaltarmos uma constatação evidente nas experiências dos trabalhadores engajados na Justa Trama: se de alguma forma, para alguns, o retorno financeiro ainda não se encontra plenamente coerente com suas expectativas, os ganhos subjetivos são eminentes e acontecem de forma muito rápida. Percebemos isto nos relatos entusiasmados dos plantadores frente ao fato de não precisarem plantar com agrotóxicos químicos, nas costureiras de São Paulo ao constituírem um coletivo protetor, na plantadora do Paraná ao viajar e representar a Justa Trama em outros estados, enfim, em uma série de relatos que, de forma sutil, apresentam elementos primordiais na constituição de uma relação mais humanizada e protagonista do trabalhador com seu trabalho.

Este reconhecimento e os diversos ganhos oriundos deste processo, são fruto de uma postura interna diferenciada de gestão, pois a Justa Trama propõe novas maneiras de organizar fluxos, participações e ganhos dentro da cadeia. Esta forma diferenciada pode ser pensada como um tripé, composto pelos princípios de comunicação clara, cooperação consciente e autogestão.

Este tripé ativa a participação e a valorização do trabalhador, servindo assim de mola propulsora ao processo de identificação relatado anteriormente. Além disto, garante autonomia da cadeia frente a seus apoiadores e garante também que os processos burocráticos (necessários para a gestão da cadeia) sejam facilitadores e não limitadores das ações desenvolvidas pelos trabalhadores.

Contudo, uma dificuldade pode ser apontada frente à questão da participação: é necessário que a Justa Trama traga para dentro de seus empreendimentos uma discussão profunda no sentido de resignificar o conceito que as pessoas possuem sobre o conflito. Observamos alguma omissão de trabalhadores nos processos decisórios, por acreditarem que ao darem sua opinião, eventualmente contrária à de alguém, estariam criando um clima de indisposição pessoal, que afetaria diretamente a relação entre estas pessoas. É necessário perceber que o conflito de opiniões possui uma dimensão extremamente positiva, desde que trabalhado com foco e clareza.

Cooperar de forma participativa não é tarefa simples e nos remete à necessidade de desenvolvermos uma pedagogia da cooperação. A maioria dos trabalhadores da Economia Solidária é oriunda de estruturas hierárquicas de trabalho, onde impera a lógica vigente do individualismo e da competitividade.

A Justa Trama apresenta-se como um projeto que vai mais além do financeiro e da geração de renda, ela caracteriza-se como um espaço de geração de consciência social. Desta forma, tem trazido à tona uma ampla gama de temas que a cadeia aborda, como ecologia, saúde no trabalho, sustentabilidade, protagonismo profissional, remuneração justa ao trabalhador, diminuição das desigualdades sociais etc.

A experiência encontra ressonância de sua missão com aquilo que Santos (2007, p. 111) aponta como movimentos sociais que buscam a consolidação de um senso comum emancipatório “construído para ser apropriado privilegiadamente pelos grupos sociais oprimidos, marginalizados ou excluídos, e, de fato, alimentado pela prática emancipatória destes”.

Para concluirmos, resgatamos a questão inicial: em que aspectos as práticas de gestão, desenvolvidas pelos Empreendimentos Solidários que compõem a Cadeia Produtiva Justa Trama, propiciam alternativas objetivas e subjetivas frente à lógica vigente de relações e produção na esfera do trabalho?

As práticas desenvolvidas pela Justa Trama mostram-se como alternativas ao vigente na medida em que promovem protagonismo e reconhecimento do trabalhador. Se nas estruturas de produção convencionais o produto e os lucros são o foco das intervenções, nas práticas elaboradas por esta cadeia produtiva, o trabalhador está em primeiro lugar, esta é a fundamental diferença e a base para as possíveis alternativas. Sendo assim, sob a luz de nossas vivências e entrevistas com os/as trabalhadores/as, respondemos a pergunta: governar-se para quê?

Governar-se para ter mais autonomia e assim obter reconhecimento, governar-se para ser o principal beneficiado com seu próprio trabalho, governar-se para livrar-se dos laços de dependência e hierarquia que infantilizam os sujeitos, governar-se para ser um trabalhador comprometido que encontra prazer e não

fardo em seu trabalho, governar-se para utilizar o trabalho como ferramenta para outras conquistas e não como uma simples forma de sobrevivência, governar-se para poder escolher o sonho de tentar mudar o mundo, governar-se para também escolher fazer o que se gosta, governar-se para ser mais humano, mais cidadão, governar-se para ser mais feliz.

Referências

- ARAÚJO, Marcio. **Capital Social**. Coleção Ciências Sociais Passo a Passo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BALTAZAR, Bernardete. Os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 20 (2), 183-190, maio/ago, 2004, pp. 183-190.
- BENEVIDES, Regina. Complexidade, transdisciplinaridade e produção de subjetividade. In T. Galli, P. Kirst (Orgs): **Cartografias e devires: A construção do presente**, Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- CASTEL, Robert. As Transformações Sociais. In: BELFIORE, Wanderley (Org.) **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997, pp.235-272.
- FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean Louis. **Economia Solidária – uma abordagem internacional**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.
- FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? In: SOUSA, Jessé; MATOS, Patrícia. (Orgs). **Teoria Crítica do Século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007, pp.113-140.
- FREIRE, Paulo. **Sobre Educação: Diálogos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GAIGER, Luiz Inácio. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Sociedade e Estado**, 21 (2), 2006, pp.513-545.
- _____. Empreendimentos Econômicos Solidários. In: CATTANI, Antonio David (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, pp.135-143.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2004.
- GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 2003.
- _____. ; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- GUILLEN, Jean. Reflexões sobre uma teoria da cooperação: O cooperativismo como caso especial de cooperação organizada. **Revista de Estudos Cooperativos**, 7 (12), 1994, pp. 35-52.
- LACERDA, Luiz Felipe. **Auto-Imagem dos Jovens de comunidades periféricas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia), PUCRS, Porto Alegre, 2005.
- _____. Para um ato cooperativo consciente: ensaio sobre contratos, confiança e capital social. **Cadernos São Camilo**, 5 (10), 2008, pp. 27-43.
- LECHAT, Noelle. **Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, Campinas, 2004.

METELLO, Daniela. **Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da Justa Trama - Cadeia solidária de algodão agroecológico.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio: Uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas de futuro.** Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

NARDI, Henrique. **Ética, trabalho e subjetividade.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: Transformações contemporâneas do desejo.** Petrópolis: Vozes, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente: Contra a lógica do desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Herbert. **Participação.** Disponível em <http://www.forumeja.org.br/node/885>, [acesso em 24/09/2007].

TITTONI, Jaqueline. **Subjetividade e Trabalho.** Porto Alegre: Ortiz, 1994.

TOURAINÉ, Alan. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje.** Petrópolis: Vozes, 2006.

VERONESE, Marília; GUARESCHI, Pedrinho. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da Psicologia Social crítica. **Psicologia & Sociedade**, 17(2), 2005, mai/ago, pp. 58-69.

VERONESE, Marília. **A Psicologia na transição paradigmática: um estudo sobre o trabalho na Economia Solidária.** Tese (Doutorado em Psicologia), PUCRS, Porto Alegre, 2004.

_____. **Economía Solidaria e Subjetividad.** Colección Lecturas de Economía Social. Buenos Aires: Altamira, 2007.

VINADÉ, Thaiani; GUARESCHI, Pedrinho. Inventando a contra-mola que resiste: um estudo sobre a militância na contemporaneidade. **Psicologia & Sociedade**, 19 (3), 2007, pp. 68-75.

GOVERNAR-SE PARA QUÊ? Construções subjetivas dos trabalhadores de Empreendimentos Econômicos Solidários

Resumo

O artigo aborda as práticas de gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários, na perspectiva das vivências dos trabalhadores associados que atuam na cadeia produtiva solidária Justa Trama. Buscamos avaliar em que aspectos essas práticas propiciam alternativas objetivas e subjetivas frente à lógica vigente de produção e de relações na esfera do trabalho. Para isto o texto encontra-se dividido em três subcategorias de análise: A) aspectos referentes ao coletivo de trabalho, B) a possibilidade de relações diferenciadas dos trabalhadores em relação ao seu trabalho e aos benefícios oriundos destas relações e C) a perspectiva de um devir militante entre os trabalhadores que compõem a Economia Solidária.

Palavras-chave: Subjetividade, Empreendimentos Econômicos Solidários, Cadeia Produtiva, Trabalho.

SELF-RULE FOR WHAT?

Subjective constructions of workers in Solidary Economic Enterprises

Abstract

This article discusses management practices of Solidary Economic Enterprises, from the point of view of the experiences of associated workers active in the Justa Trama solidary productive chain. We attempt to answer in which ways these practices provide objective and subjective alternatives of the existing logic of production and relations in the sphere of labor. With this goal, the text is divided into three subcategories of analysis: A) aspects relating to the workers' collective, B) the possibility of differentiated relationships of the workers in relation to their job and the benefits stemming from these relationships, and C) the prospect of a becoming militant among workers who are involved in the Solidary Economy.

Keywords: Subjectivity, Solidary Economic Enterprises, Productive Chain, Work.